

OS FUZILEIROS NAVAIS NO PERÍODO REPUBLICANO (1889 - 1945)

Esley Rodrigues de Jesus Teixeira*

Com o advento da República e a diminuição no estado de beligerância do Brasil, reflexo do estabelecimento pleno tanto do papel do Brasil na região quanto da queda de enfrentamentos intestinos, os fuzileiros passaram por difíceis momentos durante os primeiros cinquenta anos republicanos. Seu envolvimento em duas revoltas (da Armada e da Chibata) fez seu contingente diminuir consideravelmente, vindo a ser virtualmente extinto, tendo, inclusive, diversos políticos que apregoavam sua inclusão ou aos corpos de exército ou a uma “guarda-civil” de segurança dos navios e instalações navais.

Seriam os esforços de oficiais cômicos de sua importância para a Marinha e para o Brasil que permitiriam sua continuidade no tempo e seu estabelecimento como não apenas uma tropa sempre pronta e constantemente preparada para cumprir com suas tarefas constitu-

tivas, mas também dentro da cultura popular carioca e brasileira.

O presente artigo tem por propósito descrever os desafios encontrados pela administração naval nos primeiros cinquenta anos de República, aqui recortados como da proclamação até o fim da Era Vargas, com foco na estrutura da tropa. Por uma questão didática, dividir-se-á em dois tópicos cronológicos, não se abordando as questões internas em que foi envolvido o contingente anfíbio, como Revoltas da Vacina, do Forte Copacabana e Coluna Prestes.

Por conclusão, apresentar-se-á a importância do Almirante Protógenes Pereira Guimarães para a existência do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), bem como os esforços por ele realizados para fazer dos fuzileiros uma tropa distinta da Força Terrestre, dedicada ao desembarque operativo e também para uma miríade de tarefas, inda hoje pelo CFN performadas.

Exercício de ginástica sueca (1929)
Acervo: CFN



ESCURIDÃO ESTRATÉGICA

Após a Guerra do Paraguai, os fuzileiros passaram por longo período de inatividade, bem como boa parte dos militares do Brasil, muito em decorrência de sua natureza constitutiva bélica, ou seja, sua necessidade de existir enquanto a guerra se faz presente. De dentro da sua Fortaleza da Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, foram reorganizados em 1890 com uma nova estrutura e novo uniforme, baseada nas frações do Exército, mantendo-se, contudo, sua tradicional veste rubra (Marques, 1940; p. 55). Dois anos mais tarde, seu efetivo seria mantido em seiscentas praças, obedecendo à Lei Imperial nº 3.276 de 23 de junho de 1886.

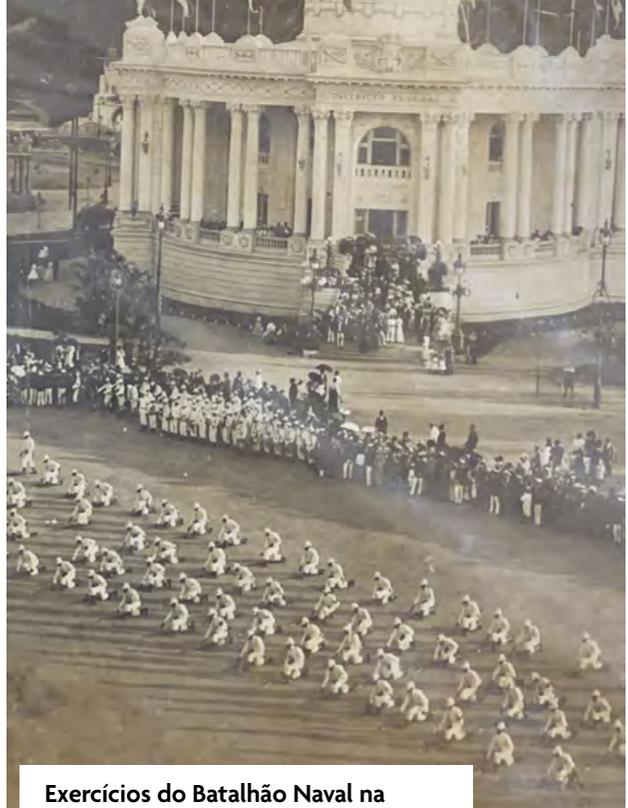
Antes da Revolta da Armada (1893), o Almirante Custódio de Melo, então Ministro da Marinha, proporia que sua organização fosse feita utilizando-se França, Inglaterra e Áustria como *benchmark*, apontando ainda falhas em cumprir suas tarefas constitutivas, o desembarque a viva força e a manutenção da disciplina a bordo, por motivos de material e de pessoal. Com efeito, a vida a bordo de navios não construídos ou adaptados para operações de desembarque obrigava que marinheiros e fuzileiros compartilhassem compartimentos, havendo viva rixa entre ambos, o que era atentatório para a manutenção da disciplina nas naves de guerra.

No mesmo ano, todo o Batalhão Naval se rebelou (Abreu, 2018; p. 199), fez-se ao mar e aderiu à Revolta. Com todos os seus quadros informalmente desertados (Marques, 1940; p. 55), a Fortaleza da Ilha das Cobras foi duramente bombardeada, tendo suas muralhas arrasadas (Bielinski, 2002; p. 123). Virtualmente extinto, teve anistia-



Revolta da Armada - Ilha das Cobras

Acervo: Arquivo da Marinha



Exercícios do Batalhão Naval na
Exposição de 1908 na Praia Vermelha

Acervo: CFN

dos os revoltos e apenas 216 praças retornaram às suas fileiras (Marques, 1940; p. 59). Reorganizado dois anos depois, por gratos esforços do Almirante Elisário José Barbosa, ostentou o nome de Corpo de Infantaria de Marinha, contando em suas fileiras quatrocentas praças.

O ano de 1903 marcaria a primeira vez que os fuzileiros navais seriam utilizados como dissuasão desde o conflito no Prata. Sessenta fuzileiros foram destacados para a cidade de Tabatinga, tendo realizado parte da viagem no Cruzador “Barroso”, como parte das medidas para pacificar possíveis problemas que refletissem a Guerra Peru x Colômbia. Questões sanitárias vitimariam 54 desses (Bielinski, 2008; p. 75). Em 1905, aumento de efetivo foi refeito e passou a ter o Corpo de Infantaria de Marinha 607 praças. Três anos depois a Infantaria de Marinha seria rebatizada de Batalhão Naval. Neste período a Ilha das Cobras passaria por algumas melhorias, como a instalação da rede de esgotos e a construção do novo prédio do Comando⁽¹⁾ (Bielinski, 2008; p. 126), que ainda perdura, após diversas modificações, como o prédio do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais.

Dois acontecimentos cabem relevo no período que separa esta reorganização e a Revolta do Batalhão Naval, em dezembro de 1910. O primeiro é um eco de 1890: o sobrinho de Deodoro, General Hermes da Fonseca, inda sem ter assumido cargo de Presidente da República⁽²⁾,

resolveu por realizar manobras junto aos corpos do Exército em Santa Cruz-RJ. O segundo consiste em duas manobras realizadas com oficiais estrangeiros: uma em 12 de julho de 1909, com o adido militar alemão, Capitão Wargner; e outra em agosto do mesmo ano, com o Chefe da Missão Francesa junto à Polícia Militar de São Paulo, Coronel Gatelet.

A primeira operação fez ressaltar o denodo e a galhardia dos fuzileiros navais no âmbito do Exército, posto ter sido a marcha a pé entre Campinho e Santa Cruz concluída sem nenhuma baixa, mantendo-se a formatura e a vibração dos militares (coisa não muito fácil de ocorrer na época, sobretudo no Exército dada a qualidade dos conscritos).

Na segunda, após acompanhar o dia a dia de instruções e adestramentos dos fuzileiros navais no pátio de seu quartelamento, bem como os serviços de bordo, o Coronel Gatelet fez publicar em diversos jornais de São Paulo, da França e da Inglaterra, como ficou bem impressionado com o “método seguido no Batalhão Naval”, e que os aplicaria “na instrução da Força Pública de São Paulo” (Marques, 1940; p. 69).

Nestas operações, ficaria o Batalhão Naval bastante conhecido, interna e externamente, como uma força deveras profissional, cujos modelos de instrução não deixavam a desejar seja para os alemães, seja para os franceses, ou mesmo para o Exército Brasileiro de então.

Em 1910, boa parte das praças aderiria ao levante que se seguiu à Revolta da Chibata. A Revolta do Batalhão Naval (9 e 10 de dezembro de 1910) acabou com um saldo de setecentos militares presos (Marques, 1940; p. 69), e foi à frente por um mal entendido (um boato implantado pelos presos, tal qual ocorreu em 1831 por parte de Cipriano Barata), divulgado pelos presos da marinharia: diziam entre eles e com seus carcereiros que as punições físicas teriam sido extintas apenas para os marinheiros nacionais, incitando os fuzileiros navais a se amotinarem (Silva, 1961; p. 30). O contra-ataque viria da oficialidade e parte da guarnição que não havia aderido ao movimento, bem como do governo federal, que estabeleceu uma posição de artilharia do Exército no Mosteiro de São Bento (Bielinski, 2008; p. 83). Dada a derrama que se fizera nas fileiras dos marinheiros nacionais e dos fuzileiros navais, coube ao Exército (1º Batalhão de Infantaria) a guarda da Ilha das Cobras e de seus presos, sendo os fuzileiros restantes levados a ocupar, pela primeira vez, em 3 de janeiro de 1911, os “antigos depósitos de munição na



Revolta do Batalhão Naval – outra entrada para o Batalhão Naval, onde os revoltosos assentaram um canhão

Acervo: IMS

fazenda São Sebastião, na Ilha do Governador” (Marques, 1940; p.69).

Neste mesmo ano, não sem motivos fundados, o Deputado Federal Contra-Almirante Souza e Silva propôs a extinção do Batalhão Naval e a criação de uma “guarda civil” que ficaria a cargo da segurança dos navios de guerra. Caberia ao Comandante Interino do Batalhão Naval, Capitão Tenente Protógenes Pereira Guimarães, apresentar os motivos que impediram o total esfacelamento da tropa anfíbia do Brasil (Marques, 1940; p. 70). O Tenente Protógenes voltaria a ter um papel deveras relevante na história dos fuzileiros navais. No ano seguinte, assumiria como Segundo-Comandante do Batalhão Naval o Capitão Tenente Amphilóquio Reis, que seria o responsável pela construção da estrada que ligaria o Arsenal à parte alta da Ilha das Cobras em 1906 (Bielinski, 2008; p. 126), hoje detentora de seu nome.

Já como Capitão de Fragata, o Comandante Protógenes Guimarães realizaria, em 1916, a primeira operação anfíbia do Batalhão Naval no período republicano. A tropa, embarcada no Navio de Transporte de Tropas “Carlos Gomes”, desembarcaria na Ilha Grande⁽³⁾. Destaque-se que desde as batalhas da Guerra do Paraguai, em 1864-1871, foi a primeira operação de desembarque efetivo plenamente planejada e executada pela Marinha do Brasil.

Em 1924, fruto dos acontecimentos que fizeram tremer a disciplina da caserna chamados de Tenentismo, os fuzileiros navais foram chamados a atuar no Estado de São Paulo com um destacamento de infantaria e artilharia (Marques, 1940; p. 72). Nesta ocasião, havendo se destacado entre as forças nacionais, o Batalhão Naval foi reestruturado, passando a assumir um contingente de 1.500 praças, além de ter seu nome

mudado para Regimento Naval, pois que, pela primeira vez, passou a ter uma estrutura maior que um Batalhão, contando dois Batalhões de Infantaria, um Grupo de Artilharia de Campanha a duas baterias e demais petrechos. Cinco anos depois, com um Batalhão de Infantaria, os fuzileiros navais realizariam o segundo exercício anfíbio de sua história na República, o primeiro contando com o apoio de fogo e logístico dos navios da esquadra, realizando um desembarque na Baía de Sepetiba.

A Revolução de 1930 encontraria, pois, os fuzileiros navais com estrutura bem distinta daquela de 1893 ou 1910, possibilitando que o governo central determinasse seu desdobramento em três contingentes, comandados diretamente pelo Ministério da Guerra: um destacamento em São Paulo, um em Campos e outro no Sul, em Santa Catarina, nas cidades de Joinville (Marques, 1940; p. 74) e São Francisco do Sul (Bielinski, 2008; p. 93).

O denodo dos fuzileiros na Revolução de 1930 garantiria sua expansão em 1932, ano de efetivação do Corpo de Fuzileiros Navais, pela Lei nº 21.106, de 29 de fevereiro, que dobrou seu efetivo (3.010 fuzileiros, contando com dois Batalhões de Infantaria, um Grupo de Artilharia a quatro baterias, uma Companhia de Metralhadoras Pesadas, uma Companhia Escola, uma Companhia de Músicos e uma Companhia de Guardas do Presídio⁽⁴⁾).

Neste mesmo ano, foi realizada uma operação anfíbia em Paraty, para combater as forças amotinadas de São Paulo, tendo a tropa marchado entre o ponto de desembarque e a cidade de Cunha, no interior de São Paulo.

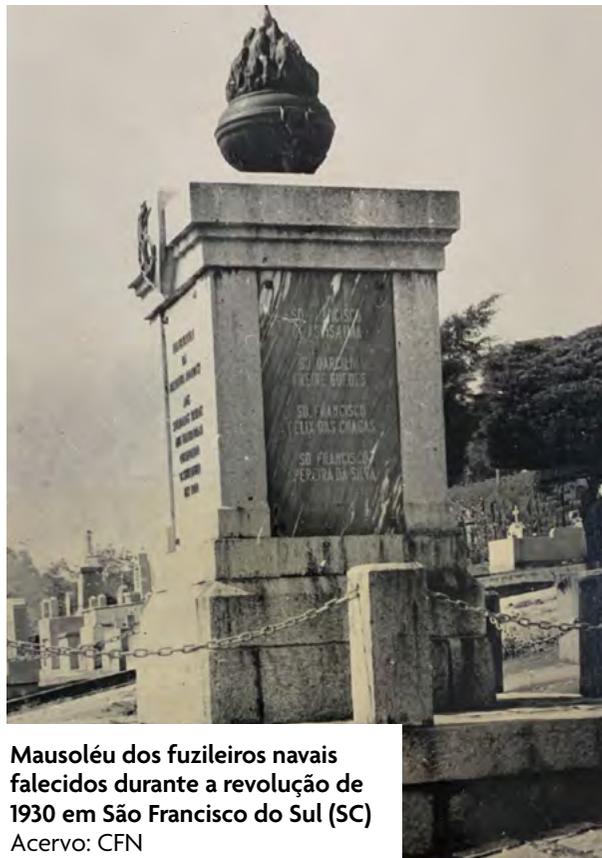
O PONTO DE INFLEXÃO: O CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS

Uma grave discussão, no início dos anos 1930, colocaria em xeque a própria existência dos fuzileiros navais. Esta discussão, por certo, já vinha se desenrolando desde o fim da Guerra do Paraguai, quando alguns problemas disciplinares e o pequeno número de fuzileiros permitiu seu eclipse pela bravura do Exército de Caxias. Pensou-se na extinção dos fuzileiros navais, ponto que desde a proposta de 1911 não saía da mente de muitos oficiais, que viam sua utilização como tropa terrestre um desserviço ao Brasil.

O Ministro da Marinha, Almirante Protógenes Pereira Guimarães, que já servira como Comandante do Batalhão Naval por três vezes

(1911-1912, 1914-1916 e 1922), compreendia a importância desta tropa para o futuro do Brasil como potência regional e global. Cabe observar que, na década de 1930, o Brasil entrava nas maquinações das potências globais e sua importância estratégica como detentor de riquezas também acordava os brasileiros, sobretudo os militares, para uma postura mais defensiva para com o mundo. Além disso, a influência da doutrina norte-americana na formação da Marinha, que teve seu início com o *Military Aid Program* (MAP) de 1922, pregava maior sinergia entre a nossa força e aquela já vista, desde idos de Paranhos Jr., como uma potência hemisférica. Em 1935 seria lançado, pelo Major Mário Travassos, o livro *Projeção Continental do Brasil*.

Dez anos após a celebração do MAP, assinado pelo Secretário Veiga Miranda, o Ministro Protógenes estimula a criação do CFN pela Lei nº 21.106, de 29 de fevereiro, que incluía um quadro de oficiais fuzileiros navais, constituído por um capitão de mar e guerra, um capitão de fragata e cinco capitães de corveta, transferidos do Corpo da Armada, sendo que esse efetivo poderia ser aumentado gradativamente. Cinco dos oficiais que formavam o Estado-Maior do Regimento Naval e foram transferidos para o CFN alcança-



Mausoléu dos fuzileiros navais falecidos durante a revolução de 1930 em São Francisco do Sul (SC)
Acervo: CFN



Primeiro desfile da tropa anfíbia do Brasil com o novo nome de Corpo de Fuzileiros Navais na Rua do Catete, Rio de Janeiro, então Distrito Federal
Acervo: CFN

ram o cargo de Comandante-Geral: CMG Durval, CF Milcíades, CC Seabra, CT Sylvio de Camargo e 1º Ten Serejo (Costa, 2005; p. 15). Destes, o penúltimo é hoje seu patrono. O primeiro oficial-general da ativa seria o Contra-Almirante (FN) Milcíades Portela Alves, em 1940.

Pelo Decreto nº 21.632, de 14 de julho de 1932, foi aprovado o regulamento para o CFN, onde constavam as seguintes providências para compor o recém-criado Quadro de Oficiais FN: transferência de cinco capitães-tenentes do Corpo da Armada; ingresso por concurso ao estágio de adaptação de Aspirante a Oficial do Corpo de Fuzileiros Navais; promoção, a primeiro-tenente, de segundos-tenentes comissionados por se destacarem na Revolução de 1930, que tivessem curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal ou equivalente; e promoção, a segundo-tenente, de sargentos ajudantes e primeiros-sargentos que tivessem os cursos de comando de pelotão da Escola de Sargento de Infantaria do Exército ou da Escola de Oficiais da Reserva. A partir do concurso ingressaram os Tenentes Décio Santos Bustamante, que também seria Comandante-Geral do CFN, e Leônidas Teles Ribeiro, futuro Almirante – sua esposa sugeriu, em 1958, por ocasião do Sesquicentenário do CFN, a adoção do lema “Adsumus”.

Além disso, a criação de um curso específico na Escola Naval em 1934 permitiu a apresentação dos primeiros guardas-marinha do CFN no início da década de 1940 às Organizações Militares⁽⁵⁾. Destacamos dentre eles os Guardas-Marinha Heitor Lopes de Souza e Edmundo Drummond Bittencourt, que chegariam ao cargo de Comandantes-Gerais na década de 1960 e 1970.

Em 1934 ocorre o desfecho de sua vocação anfíbia, através do Decreto nº 2.099, estabelecendo o CFN como uma tropa baseada mormente na infantaria e destinado à realização de operações anfíbias e à ligação entre tropas terrestres e forças navais. Caberia também a eles o guarnecimento de bases navais e navios, servi-

ços de polícia em geral e fornecimento de bandas de música, corneteiros e tambores.

Deveriam, contudo, os fuzileiros navais passar por um eixo formativo que os possibilitasse garantir melhores condições de atuação em suas lides anfíbias. Apesar da formação na Escola Naval, seu aperfeiçoamento ainda era realizado pelo Exército. Isto apenas seria mitigado nas décadas seguintes, com a criação de um curso específico de aperfeiçoamento dos oficiais do CFN.

Na última década do período proposto (1935-1945), o CFN envolveu-se em missões como tropa de reação do Governo Federal, recebendo diversas menções à sua atuação. Após a Constitucionalista de 1932, em Cunha, os fuzileiros navais tiveram importante papel na contenção da Intentona Comunista de 1935 e na Intentona Integralista, em 1938, quando os revoltosos chegaram a invadir e tomar o prédio do Ministério da Marinha no intuito de barrar o avanço dos fuzileiros navais aquartelados na Ilha das Cobras.

Como ainda em formação, tanto doutrinariamente⁽⁶⁾ quanto na questão dos materiais específicos ao desdobramento em operações anfíbias⁽⁷⁾, a atuação do CFN na Segunda Guerra Mundial limitou-se ao guarnecimento das Ilhas Oceânicas (particularmente a Ilha da Trindade) e no estabelecimento de Companhias Regionais (Natal, Salvador e Recife), no esforço de permitir maiores condições de atuação da Divisão Naval do Nordeste. Em 1932, entretanto, já haviam sido criadas as Companhias Regionais de Ladário e Belém.

CONCLUSÃO

O início da era republicana no Brasil apresentou, como nas demais, diversos desafios à constituição do CFN. Como no período imperial, os fuzileiros revoltaram-se, desta feita em duas ocasiões (1893 e 1910), ambas de forma a permitir a legalidade e universalidade dos direitos. Mostraram, contudo, a necessidade de lutar constantemente para sua sobrevivência